

PLENÁRIO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SANTO ANTÔNIO Ata da 39ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de março de 2015.

1 2

3

4 Em 19 de março de 2015, reuniu-se o Plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica do 5 Rio Santo Antônio, no Mercado Municipal Maurílio Lages, no município de 6 Conceição do Mato Dentro- MG. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: Antônio Hissa (representado por Graciano Leal), Rander Tostes, 7 8 Waner Arruda, Leonardo Mitre, Markson Souza, Bruno Marques, Rone Frank, 9 Anderson Lino, Dartison Fonseca (representado por Clóvis Pires) e Franciane Assis; salvo as justificativas de Murilo Machado, Edson Paiva e Rosimélia 10 Pimenta- Representantes do segmento Usuários; Flávia Pantuza, Tereza 11 12 Silveira, Felipe Pedro, Élson Reis, Maria da Consolação Andrade, Lucas Miyahara, Patrícia Thomaz, Flávia Barroso, Paulo Machado, Eunice Machado, 13 14 Carlos Eduardo Nery- Representantes do segmento Sociedade Civil; Isabela Cançado, Marcos Câmara, Rita Quintão, Júlio Pessoa, Leandro Rabelo, Ramon 15 Oliveira, Sandro Silva, Gisleno Castro, Marluce Duarte e Ézio Morais; salvo a 16 17 justificativa de Genízio Reis- Representantes do segmento Poder Público Municipal; Wyllian Melo (representado por Teresa Santos), Adriana Papatella, 18 19 Daniel Rennó e Nissan Félix; salvo as justificativas de Júlio Cesar Gomes, 20 Fábio Pinheiro, Stefani Matos, Francisco Fonseca, João Bosco Rosa e José Celso Silva - Representantes do segmento Poder Público Estadual. Assuntos 21 22 em Pauta: 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO. 2) ABERTURA 23 PELO PRESIDENTE DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SANTO ANTÔNIO, Sr. FELIPE BENÍCIO PEDRO. O Presidente Sr. Felipe Pedro abriu a 39ª 24 25 Reunião Ordinária do Plenário do CBH Santo Antônio, com as saudações do Vice-Presidente Nissan Félix, do primeiro secretário Sandro Lage que fez a leitura do 26 27 expediente e deliberações do dia e do segundo secretário Leonardo Mitre. 3) DELIBERAÇÕES. a) APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA 9º REUNIÃO 28 29 EXTRAORDINÁRIA- CBH SANTO ANTÔNIO. A ata foi apresentada contendo algumas considerações dos membros presentes. Isabela Cançado (Dores de 30 31 Guanhães) retornou a discussão sobre o Zoneamento Ambiental Produtivo (ZAP). 32 dizendo que o Comitê manifestou-se no sentido de falar que o ZAP é interessante e 33 não no sentido de aplicá-lo ou gastar recursos ou trazer esta atividade para ser executada, completando que o Comitê não manifestou interesse, mas que é um 34 35 programa interessante e não haverá elaboração dele dentro do Santo Antônio. 36 Leonardo Mitre (Anglo American) disse que está discussão já foi realizada e que o Comitê manifestou interesse no ZAP, mas não aprovou o programa. Patrícia 37 38 **Thomaz** (FONASC) solicitou que sua fala constasse integralmente em ata: "Eu 39 me lembro bem da discussão dessa reunião. Inclusive a gente tratou da questão da 40 redação das Como sendo complicado. Foi uma matéria atas. estava 41 exaustiva. Porque a gente trouxe inclusive algumas questões que tavam ocorrendo 42 de modificação, de alteração de alguns conteúdos que estavam acontecendo na



43

44

45 46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58 59

60

61

62

63

64 65

66

67

68

69 70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82 83

84

85

reunião e manifestamos a nossa preocupação com a elaboração da ata. E eu lembro exatamente dessa questão: de "interesse", "interessante" . E eu acho que então pra ficar claro, vamos falar assim "manifestou", pode até deixar interessante ou interesse na elaboração, mas constar claramente: "mas que nao há, não será elaborado. Vamos complementar então. A saída, é chegar e colocar o restante da frase "mas não iremos... mas isso não está dentro das ações ou dos programas que esse Conselho irá realizar". Acho que tem que deixar claro então - e novamente, eu, dessa vez eu quero que minha fala conste integralmente. Vou adotar esse critério, a partir de agora, porque nós estamos ficando um pouco inseguros na questão da elaboração e e como as coisas estão sendo, né. Enfim, eu queria aproveitar inclusive a oportunidade e tratar, eu não sei se nesse momento que nós estamos falando de ata, de redação de ata, ou se no momento posterior, pra falar inclusive da alteração da convocação, que eu também achei uma coisa complicada. Então, olha, além das alterações da ata nós tivemos também alteração da convocação. Dessa vez, a convocação saiu de uma forma e depois saiu de outra. E eu guero agui trazer inclusive uma informação, né, assim, você me dá licença um minutinho? Você me empresta a sua? É, a primeira. Eu só guero, acho que isso é importante nesse momento pra gente entender que essas alterações estão sendo feitas de uma forma que a gente precisa se preocupar com ela, né. Nas deliberações aqui eu vou falar de uma especificamente, tinha na primeira convocação tinha assim: "pedido de outorgado do empreendimento Anglo American". Pra todos nós Conselheiros, comunidade, qualquer outra pessoa que quisesse acompanhar o que ia ser decidido nessa reunião, aqui tava claro o pedido de outorga do empreendimento Anglo American, no item 4 da deliberação. Na primeira convocação, assim que a comunidade começou a manifestar o interesse em e comparecer, essa convocação, é, assim, no dia seguinte, ela foi mudada pra constar no item 3, tirar aqui a referência ao pedido de outorga do empreendimento Anglo American e constar ... simplesmente "pedido de outorga encaminhado pela CTOC", tirando ai a referência à Outorga que estava sendo feita. E junto com isso, o empreendedor agui na cidade, fez o que com a comunidade? Falou com a comunidade que ninguém, que não haveria nenhum assunto sendo deliberado nessa reunião a respeito da Anglo American." Felipe Pedro (Sindicato Metabase) expôs que a única pessoa que manifesta sobre todos os arquivos encaminhados aos conselheiros e dá sua contribuição é a Sra. Isabela Cançado, parabenizando-a pelo ato, como também a Sra. Flávia Pantuza e o Sr. Leonardo Mitre e de nenhum outro conselheiro. Quanto a pauta, explicou que foi um erro da diretoria e pediu desculpas, disse que as outorgas são encaminhadas pela CTOC. Quanto ao ZAP, explicou que foi uma falta de amadurecimento em maio, em Itabira, solicitar que Eduardo Figueiredo do IBIO Institucional, fizesse uma apresentação do ZAP no Seminário (ocorrido no dia antecedente à reunião). Neste Seminário não havia conselheiros suficientes para deliberar o projeto, sendo assim, a deliberação foi transferida para a Plenária do Comitê. Ressaltou as manifestações de Patrícia Thomaz, Isabela Cançado e Tereza Silveira, que não votaram porque não possuíam conhecimento do



86

87

88 89

90

91

92

93

94

95

96 97

98

99

100

101 102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

assunto. Os demais conselheiros não votaram, mas manifestaram interesse na elaboração do projeto. Explicou também que na parte da tarde, terá um representante do IBIO Institucional para falar do Projeto, sem necessidade de deliberação, só para conhecimento. Lucas Miyahara (AmaLapinha) disse que ao entendimento, na 38ª Reunião Ordinária, onde também houve uma apresentação sobre o ZAP, o Comitê manifestou interesse na elaboração do proieto desde que não utilizassem recursos do Comitê e o Eduardo Figueiredo fez o compromisso de levar a Plenária o orçamento do projeto. Eduardo Costa (IBIO AGB Doce) disse que para ele ficou claro que o Comitê tem interesse, mas não utilizará seus recursos para tal fim. Após as discussões, ficou decidida a seguinte alteração: item 4)Deliberações. a) Apreciação e votação da Ata da 38ª Reunião Ordinária do CBH Santo Antônio, linha 134, foi acrescentada a seguinte frase: "No entanto, não financiado por recursos do CBH". b) PROJETOS ENCAMINHADOS PELA CTPP. Isabela Cançado (Dores de Guanhães) solicitou que a descrição da pauta seja feita de forma mais clara, descrevendo quais projetos cada Câmara irá apresentar. Felipe Pedro informou que o projeto a ser apresentado é o P52 (Recuperação de APP's e nascentes), criado por alguns membros da CTPP (Câmara Técnica de Planejamento e Projetos) e outros membros, pois não houve quórum na Câmara para elaborar o projeto. Isabela Cançado (Dores de Guanhães) explicou que o projeto em questão é voltado para cercamento de nascentes. O mesmo necessita de um órgão, para ajudar na mobilização dos beneficiários, que são os produtores rurais. O primeiro Edital é o de chamamento que será aberto a todos os 29 municípios que compõem a bacia, aberto as prefeituras ou entidades, logo após os cadastros, serão avaliados os critérios que estão dentro do edital. O segundo edital seleciona os beneficiários do programa, dentro de critérios. Tereza Silveira (ADDAF) explicou que a Câmara irá escolher os beneficiários, pontuandoos de acordo com os critérios do edital. Isabela Cançado apresentou o cronograma do projeto de acordo com cada etapa (anexo I). Surgiram dúvidas sobre a divulgação do edital, e Isabela Cancado explicou que este será encaminhado a todos, com auxílio da Comunicação da Agência. Apresentou também as etapas para o desenvolvimento do programa, que consiste no preenchimento de um formulário como manifestação de interesse. O município/ entidade que manifestar interesse terá também algumas contrapartidas dentro do programa, como armazenamento de material, mão-de-obra para descarregamento, conferência do material, transporte até a propriedade selecionada para receber o benefício, entre outras. Sandro Silva (Conceição do Mato Dentro) deu a sugestão de inverter os papéis, trazendo a responsabilidade de compra de materiais para as prefeituras e deixando a logística para o projeto, mas a ideia não foi acatada. A partir da seleção dos municípios terá uma divulgação para que os programas cheguem até os interessados. Flávia Pantuza (FUNCESI) questionou quanto ao repasse do recurso, querendo saber se o município/entidade receberá algum recurso para execução do projeto. Sua dúvida foi sanada, através de uma explicação, dizendo que o recurso é exclusivamente para o projeto, não havendo nenhum tipo de repasse financeiro para a entidade/ município.



129

130

131 132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168 169

170

171

Terá um técnico acompanhando todo o processo e foi sugerido que haja um grupo composto por membros do Comitê acompanhando. Isabela Cancado apresentou também alguns critérios para seleção dos municípios. Após algumas discussões foram alterados alguns critérios. Ficou definido que os municípios participantes terão pontuação máxima de 23 pontos e pontuação mínima de 6 em função dos critérios e pontuações adotados. Decidiu-se também que os municípios seriam selecionados em ordem decrescente, os 10 que pontuassem mais seriam selecionados. Os Critérios de desempate obedecem à seguinte ordem: participação do município no comitê; ter as nascentes cadastradas. O Projeto foi aprovado pela plenária, contendo a manifestação contrária do Sr. Sandro Lage (Conceição do Mato Dentro) em relação à quantidade de critérios estabelecidos e com os critérios que desestimulam as práticas de boa governança. Os documentos serão encaminhados ao Jurídico do IBIO e posteriormente será publicado o edital. c) PEDIDO DE OUTORGA ENCAMINHADO PELA CTOC. Vanessa Naves (Diretora de Apoio **Técnico- SEMAD)** tomou a palavra para expor o parecer da SEMAD, explicando que a Outorga em questão é de rebaixamento de nível de água para fins de mineração. Esta foi precedida por uma outorga de pesquisa mineral que gerou dados para elaboração de um modelo matemático que tem como objeto prever a vazão a ser explotada na operação de rebaixamento e dar uma noção dos impactos que serão gerados na sua área de influência. A equipe da SEMAD fez a análise dos estudos apresentados pela empresa e emitiu um parecer favorável à concessão da outorga. Vanessa Naves fez a leitura da conclusão do Parecer para ciência dos presentes. Esta foi apresentada também à Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC) do Comitê, que também se mostrou favorável ao Parecer. Logo Após, Isabela Cançado (Dores de Guanhães) sugeriu que abrisse uma inscrição para que a Comunidade presente pudesse também expor sua opinião no final das apresentações. Felipe Pedro (Sindicato Metabase) acatou a ideia e disse que as discussões não poderiam sair do tema em questão e teriam tempo limitado para cada fala. Ressaltou que toda a inscrição que fosse feita, a discussão deveria limitar-se a outorga. Solicitou que nada além da atividade minerária em Conceição fosse objeto de manifestação. Isabela Cançado informou que havia comunidade representada na reunião que não iria manifestar sobre outorga. Patricia Thomaz: "Este Conselho é o que está mais próxima da comunidade; Esta é a instância de gestão da água que está mais próxima das comunidades . Esta reunião itinerante é também para esta finalidade. Ela deveria estar acontecendo aqui pelo menos uma vez por ano. E eu acho que Conceição do Mato Dentro é sim um caso emblemático. Se nós agui de Conceição, se este conselho ainda não entendeu isso, eu acho que todas as outras pessoas estão nos ensinando isso porque esta situação. a questão dos impactos do empreendimento que se tem aqui em Conceição ele tornou-se tão emblemático que a todo momento ele está sendo discutido em todas as instâncias: em Brasília e, todas as instâncias. Se nós deste Conselho que temos representantes da sociedade civil e do poder público não tivermos disposição de ouvirmos a comunidade. Inclusive retornando àquilo que Isabela falou , nós temos



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183 184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202203

204

205

206207

208

209

210

211

212

213

214

pessoas aqui que não irão entender o que é assunto de outorga. Você, conselheiro, é que irá saber daquilo que for o relato dele, o que que nós podemos fazer com aquela informação. Não vamos deixar de estar abertos para ouvir porque nós somos a instância que temos a obrigação de ouvir a comunidade." Felipe Pedro solicitou a manifestação dos conselheiros que seriam a favor de abrir para as pessoas que não são conselheiros. Tereza Silveira (ADDAF) concordou plenamente com o que a fala de Patricia "nós vamos deliberar a questão da outorga mas ouvir é nossa obrigação." Daniel Bertachini (Hidrogeólogo Sênior- MDGEO) apresentou o estudo desenvolvido na área de Conceição do Mato Dentro- MG, sobre a situação atual dos mananciais e os possíveis impactos gerados pelo rebaixamento de nível de água solicitado pela empresa. Para o estudo foram feitos o levantamento do número de nascentes, caracterização hidrogeoquímica preliminar da região, além do monitoramento hidrometeorológico. Surgiram dúvidas quanto ao número de poços já perfurados pelo empreendimento e a dúvida foi esclarecida quanto ao fato que os poços já perfurados estão outorgados para a realização da pesquisa hidrogeológica. Foi esclarecido também que cada poço possui uma Licença de Perfuração, mas não há para bombeamento. Os bombeamentos realizados foram somente para testes, mediante licenças de curto prazo. Patrícia perguntou à técnica que apresentou o parecer se ela era a mesma técnica que havia assinado o parecer (a técnica – Vanessa- afirmou que ela não havia assinado o parecer mas esclareceu que havia acompanhado o trabalho). Lamentou que a técnica que assinou o parecer não estivesse presente justificando que seria importante que ela estivesse ali , frente à comunidade e aos conselheiros que estão mais próximos desta realidade para que ela pudesse sentir o peso da sua assinatura naquele parecer. Esclareceu que existe inúmeros relatos de cercamento de nascentes, de bicas e que inclusive havia fotos para demonstrar este fato para os conselheiros. Solicitou também duas informações, primeiro sobre o que foi feito com o resultado dos testes feitos nos poços perfurados se houve fiscalização quanto ao número de pocos existentes. Vanessa Naves (Diretora de Apoio Técnico-SEMAD) respondeu dizendo que a fiscalização é feita pela equipe da SUPRAM e que nenhuma licença é dada sem fiscalização. Leandro Rabelo (Alvorada de Minas) solicitou que Daniel Bertachini apresentasse um pouco sobre a porcão oeste do mapa de outorga. porção onde se encontra o município de Alvorada de Minas, pois há comunidades que estão sofrendo com a escassez hídrica, e quando houver o rebaixamento, quais impactos vão acontecer e quem sofrerá. Leonardo Mitre (Anglo American) explicou que a drenagem do Córrego Passa Sete está a norte da zona de outorga, este córrego está a jusante da barragem de rejeito do empreendimento e toda a área de contribuição do córrego Passa Sete não está na área de aquífero do minério, significando que não terá impacto, neste caso, nas drenagens que vão para o córrego passa sete e consequentemente nas vazões abaixo da barragem de rejeitos. Patrícia Thomaz (FONASC) relatou que seria muito importante que Daniel apresentasse a localização das nascentes nas comunidades e dos mananciais que a abastecem, porém foi informada que estas informações não foram levadas para



215

216

217

218

219

220

221

222223

224

225

226

227

228

229

230231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242243

244

245

246

247

248249

250

251

252

253

254

255

256257

serem apresentadas, mas constavam no parecer. Sandro Lage (Conceição do Mato Dentro) relatou que, ele, como geógrafo e membro do Comitê, estava satisfeito e conseguiu interpretar todas as informações apresentadas. Patrícia Thomaz (FONASC) "Novamente eu vou inclusive solicitar que essa, todas as minhas manifestações conste integralmente na ata, eu vi a ata, vocês disponibilizaram a ata da CTOC, e eu vou trazer agui uma informação que inclusive você (Sandro) se preocupou com ela no momento e depois parece que ter esquecido... Esse estudo foi feito com base em informações de 2012, 2012, nós estamos em 2015, né? A comunidade, além nós sabermos que o maior adensamento ocorreu também depois de 2012, né? Isso também é outro fator importante. Os dados que estavam descritos la, são de 2012, os dados foram colhidos em, antes de 2012, né? Então nós temos que imaginar que eles foram colhidos ao longo de, provavelmente, 2010, 2011, esse é outro fator." Sandro Silva (Conceição do Mato Dentro) em resposta disse que durante a reunião da CTOC havia uma representante do IGAM que disse que isto já estaria sendo considerado pois ele fez este questionamento. Patrícia Thomaz (FONASC) "Mas eu acho que alguns slides são significativos, agente esta agui pra analisar não é só aquilo vocês querem falar, nós estamos aqui pra cobrar, inclusive aquilo que vocês não falaram. É exatamente isso, nós queremos é debater e discutir aquilo que não foi falado." Vanessa Naves disse que o potencial impacto às comunidades que podem ser afetadas pelo rebaixamento foi uma preocupação da SEMAD na análise e que as comunidades impactadas estão descritas no parecer. Em relação aos dados serem de 2012, a mesma relatou que a equipe trabalha neste tipo de outorga com uma série histórica, e que os dados estão sendo coletados desde 2007 e continuarão durante o processo de rebaixamento. Quanto maior a série histórica, maior o dimensionamento dos impactos gerados e das consequências. Daniel Bertachini continuou sua apresentação dizendo que cursos d'agua serão impactados, então o curso d'agua que passa na Cabeceira do Turco terá interferência e que podem apresentar as comunidades da forma que a plenária desejar numa próxima oportunidade. As comunidades que sofrerão interferência são Cabeceira do Turco, São Sebastião e Ferrugem. Isabela Cançado (Dores de Guanhães) fez a leitura da Ata da CTOC, reunião que ocorreu no dia 26/02/2015, na cidade de Itabira- MG, e Parecer favorável a outorga, com 5 votos favoráveis e 2 contrários. Patrícia Thomaz (FONASC) "É, eu tenho vários pedidos de esclarecimento, alguns para equipe técnica e alguns, para o responsável pelos estudos que subsidiaram a equipe técnica. Vou fazer aqui algumas colocações, as primeiras são para a equipe técnica da SUPRAM a gente viu aqui, você quando fez a sua apresentação, o resumo, não foi uma apresentação e sim uma síntese, você falou do volume usado e que, a explotação é exatamente do excesso, daquilo que não é usado, que é preciso então tirar, para possibilitar, e para gente saber o que é excesso, a gente precisa, eu entendi que era cirúrgico, pra usar um termo que nós todos conhecemos, pra gente saber que é excesso a gente precisa conhecer o que demanda, o que que é utilizado. E aí vocês descrevem no Parecer uma, um esboço



258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268269

270

271

272

273

274

275276

277

278

279

280

281

282 283

284

285

286

287

288

289

290

291292

293

294

295

296

297

298

299

300

daquilo que, um termo que vocês usaram aqui, vocês usaram como se vocês não tivessem clareza. Vocês falam um termo, deixa eu só encontrar aqui... Vocês usam assim: "estima-se que a vazão utilizada, pela comunidade é de x, estima-se". Eu quero trazer isso aqui, porque eu vi aqui vários elementos, várias informações. E isso é aquilo que eu estava descrevendo. Eu acho que os técnicos estão colocando nos pareceres, algumas informações esparsas, uma aqui, uma ali, outra acolá, outra acolá, e se elas tivessem inclusive condensadas né, a gente teria clareza para entender tudo que esta sendo dito. Mas essas informações elas vem, fatiadas né, e a gente vai perdendo a noção do que é realmente importante. Então eu vou me permitir agui, por exemplo, a capa do Parecer, foi assinado pela Senhora Adriana e pela Eliane Piedade datada do dia 24 de setembro de 2014, 24 de setembro não tinha LO, a LO foi concedida dia 29 de setembro. Você descreveu agui que a explotação só é possível depois de alguma etapa, da produção e vocês também descrevem que isso, nos planos iniciais da empresa só poderia ocorrer, ou só iria ocorrer na segunda etapa, não ocorreria agora. E mais, na segunda folha do Parecer vocês descrevem que esse processo de outorga é do dia 26 de abril de 2013, ou seja, mais de um ano antes da Licença de Operação. Eu fico pensando, um processo que começou, eu, estou muito encabulada com essa situação. do fato consumado, de vocês antes das coisas acontecerem, antes da Licença de Operação já tem uma outorga de rebaixamento com Parecer favorável e não se preocupam nem com a data. Eu acho isso até bom. Eu acho que vocês técnicos estão guerendo nos dar indícios que alguma coisa esta acontecendo aqui, né? Se no dia 29 foi a Licença de Operação e no dia 24 já tinha licença para outorga pra rebaixamento, como assim? Se o rebaixamento só pode haver depois, da lavra, como assim? Como que isso é possível? É, e como é possível também a empresa fazer o pedido de outorga mais de um ano e sete meses antes da Licença de Operação e vocês não fazer o controle de legalidade disso? Eu tenho uma informação que me preocupa, é vocês deveriam fazer um processo de saneamento antes: olha isso aqui eu não vou nem analisar, engaveta isso aí ou volta.. eu nem aceito que vocês façam esse pedido aqui porque isso aqui é requisito, é depois, é posterior da licença de operação. Então esta havendo uma subversão de ordem é, nós estamos noticiando, nos temos um parecer da outorga favorável antes da Licenca de Operação. Nós estamos antecipando, o Estado está antecipando tudo, ta em benefício de quem e de que?" Vanessa Naves respondeu a manifestação de Patrícia informando que a outorga foi formalizada conforme descrito no parecer em 26 de abril de 2013. Todas as outorgas e intervenções pretendidas pelo empreendimento são requeridas durante o processo de licenciamento. Esta outorga em questão não foi emitida junto com o Licenciamento porque a equipe técnica entendeu que não era o momento para conceder a outorga, pois esta ainda estava em análise. Durante o processo de licenciamento houveram algumas alterações no processo. No decorrer do processo de licenciamento a equipe da SEMAD analisou o processo e solicitando novas informações complementares, pois o pedido inicial de outorga não supria as necessidades para concessão da outorga e a mesma não foi



301

302

303 304

305

306 307

308 309

310

311

312313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328 329

330

331332

333

334

335336

337

338

339

340

341342

343

concedida pois não havia necessidade de rebaixar na Licença de Operação. A partir do momento que o empreendimento entrou em Operação e viu a necessidade de rebaixamento, a equipe achou prudente finalizar a análise do processo e submeter a apreciação do Comitê. Patrícia Thomaz (FONASC) "Mas o convencimento de vocês foi anterior, o Parecer demonstra o convencimento da equipe técnica e ele é, foi anterior, entendeu?". Vanessa Naves explicou que a data é anterior mas é muito próxima. Patrícia Thomaz (FONASC) "É anterior e já estava pronto no dia 24 que foi assinatura, né? Já estava pronto, e aí, aí eu vô trazer uma outra informação pra você, Recentemente eu tive em uma reunião com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e teve lá e eu eu to fazendo agora não mais uma constatação minha- o Secretário de Meio Ambiente atual. Ele trouxe uma informação que a gente tem que analisar com muito cuidado, ver qual o sentido disso. Ele falou: do sucateamento, dos salários dos técnicos, falou de tudo. Ele usou a palavra sucateamento do órgão ambiental, ele usou exatamente o termo que nos, a gente Sociedade Civil já usamos, já falamos, inclusive para destacar a dificuldade que os técnicos têm. E aí falou do movimento grevista, falou de tudo isso e ele descreveu a seguinte situação: nós não temos uma Secretaria de Meio Ambiente. nós temos uma Secretaria de Licenciamento que funciona mal e usou um 6 termo lá, mas enfim, que funciona mal e porcamente.. E o que eu to vendo aqui é, a gente vê é só pareceres né que, deixa passar, deixa passar, deixa passar, sem exatamente essa dimensão de meio ambiente, do todo. Isso fica claro aqui a fala dele, da leitura desse Parecer é claro pra quem, que esta tendo condições de juntar essas informações como eu infelizmente estou tendo, isso pra mim ta claro, já tava claro né, mas o que eu quero te descrever é que vocês autorizaram um parecer, mesmo sendo um procedimento próprio para etapas posteriores a lavra ele foi, ele foi assinado, convenceu vocês antes mesmo da Licença de Operação" Vanessa Naves respondeu que o processo de outorga foi analisado no decorrer do processo de licenciamento e independente da data, a conclusão do Parecer foi sua disponibilização para aprovação e que também a outorga não esta aprovada, esta apenas sendo sugerido sua aprovação. Patrícia Thomaz (FONASC) "A responsabilidade vai ser nossa hoje que vamos votar agui, a respon... É exatamente esse o cuidado, vocês estão fazendo isso (Vanessa Naves: É esse o nosso papel). Vocês estão colocando a responsabilidade no colo de todos nós conselheiros (Vanessa Naves: Estamos cumprindo o nosso papel). Isso, e transferindo pra nós, né? Transferindo pra nós a guilhotina. Vocês dão a sentença de morte, nós executamos, assim que vocês estão esperando. Bom, é a outra coisa que eu gueria descrever agui é que por exemplo, nas folhas 13 vocês descrevem que o valor que pode ocorrer a necessidade de descarga maior e vocês então falam que o valor demandando que é de 500m³/ hr não é explotado ao longo de todo tempo ocorrendo vazões na maior parte do tempo, é, menores, então vai ocorrer vazão menor do que quinhentos e o volume explotado não poderá ser 500m³ na maior parte do tempo." Vanessa Naves disse que a vazão outorgável para qualquer empreendimento é a vazão máxima de explotação, a vazão a ser efetivamente explotada dependerá de vários fatores. Patrícia Thomaz (FONASC)



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio

344 "Pois é, mas na conclusão a outorga é de 500m3, então se eu quiser analisar, se a 345 vazão que eles estão tirando é maior que a explotada eu vou ter que considerar 346 500m3. Se você falou comigo que na maior parte do tempo não é, não pode ser 347 500m³/ hr e na hora de concluir, na parte final, conclui pelo, sugere a outorga de 348 500m³/ hr.Só para entender, judicialmente ou de qualquer outra forma ela só vai 349 poder ser questionada se ela tiver superior a esses quinhentos e aí eu vou 350 aproveitar pra fazer uma outra pergunta pra você:Quando você falou: extima-se que 351 a vazão da comunidade é 50 ou 53m³/hr, acho nem é isso, é 25 se eu não estou 352 enganada, é, você então, é, e o que é mais complicado, vocês descreveram, é isso 353 que eu to dizendo, vocês técnicos estão colocando as informações no Parecer e 354 estão acreditando, eu chego a entender que isso é até preconceituoso, como se a 355 gente não fosse ler como se a gente não fosse, se preocupar, como se a gente não 356 tivesse responsabilidade. No Parecer vocês deixam claro que a responsabilidade 357 não é de vocês, deixam lá as informações falando assim, eu avisei pra vocês, eu 358 falei lá traz que a vazão não é o tempo todo, o ano todo 500m³/ hr (Vanessa Naves: Ela é inferior)... mas eu autorizei os 500m³/ hr, e ela só pode ser ilegal se, é, e eu to 359 360 concluído, ela só pode ser questionada, como ilegal se ela for superior a 500m3/ hr 361 (Vanessa Naves: Nesse tipo de outorga autoriza-se a vazão máxima a ser 362 explotada, não pode-se autorizar uma vazão menor do que a necessária) Ela só 363 pode ser questionada se ela for superior (Vanessa Naves: Se precisar explotar 364 menos, ótimo!). Mas legalmente você acha que quem vai me autorizar a falar com a 365 empresa pode explotar menos, você não acha que isso vai ser legalmente não? 366 (Vanessa Naves: Legalmente autoriza-se uma vazão máxima, se a empresa não 367 precisa explotar essa vazão toda, melhor para o meio ambiente) Ta, mas, esse 368 número que você chegou, você chegou com base em uma estimativa do que que a 369 comunidade usava. (Vanessa Naves: No estudo hidrogeológico esta é a vazão 370 necessária para se permitir a operação da mina. A outorga não é concedida em 371 função do consumo da comunidade. O consumo da comunidade é relatado e é 372 garantido para fins de reposição. A vazão outorgável é para garantir a operação da 373 mina). É, me chama muita atenção, eu vi aqui na folha 38 que vocês fizeram, é 374 deixar claro e aí fizeram até em negrito, tipo assim, prestem bem atenção, eu li e 375 ainda fiz em negrito, coloquei aqui em negrito "mesmo assim, a fim de garantir o abastecimento de ambas comunidades", no caso você...a empresa só reconhece a 376 377 empresa e os técnicos só reconhecem duas comunidades (Vanessa Naves: Três comunidades com potencial de serem afetadas) Aqui tem duas... São Sebastião e 378 379 Turco (Vanessa Naves: E Ferrugem. A comunidade será realocada). Pois é, vai ser 380 realocada, vai ser... (Vanessa Naves: Já foi realocada). Então, pois é, nós estamos 381 tão invisível que o Estado não consegue enxergar mais quem ta lá, a empresa não 382 conhece enxergar. E tanta, invisibilidade da comunidade, que ninguém consegue. No mapa não consegue ter comunidade a realidade não é suficiente. (Vanessa 383 384 Naves: As comunidades estão representadas no mapa). Não é, nos sinceramente e 385 aí vocês, a equipe técnica foi lá pra ver se a comunidade a Ferrugem, a equipe 386 técnica foi lá pra ser se a comunidade da Ferrugem estava realmente toda



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

reassentada? (Vanessa Naves: A equipe técnica do licenciamento que é responsável por verificar a comunidade. A minha equipe é responsável por analisar o processo de outorga, no qual não trata de realocação de comunidade). Vocês aceitaram a informação da empresa que não existia ninguém na comunidade da Ferrugem, por exemplo. (Vanessa Naves: Isso faz parte do processo de Licenciamento). Mas fez parte aqui do Parecer, vocês falaram assim "não existe ninguém, não existe ninguém na comunidade" aqui esta no Parecer, esta descrito dessa forma, vocês falaram "não existe ninguém", a empresa forneceu. (Vanessa Naves: Isso não esta escrito no Parecer, está escrito que a empresa informou que a comunidade Ferrugem sofreria realocação). O sistema ambiental não é integrado não? Você tá falando comigo então que, você analisou, mas o sistema ambiental não é integrado... (Vanessa Naves: A realocação de comunidade não é item de análise de processo de outorga). Nós estamos falando de água, de impacto... Nós estamos falando abastecimento, nós estamos falando então que existe comunidade impactada. Existe, a empresa reconhece duas, mas aí agora você ta me falando que a empresa reconhece até três, mas que pra ela algumas pessoas não estão lá. (Vanessa Naves:Ela está extrapolando o tempo de pergunta). Não, eu tenho direito de esclarecer as minhas dúvidas, né, se eu me debrucei, eu tenho direito de esclarecer as minhas dúvidas. A outra coisa é que... No 31 vocês descreveram em "caso seja verificado algum déficit a Anglo American se compromete a reposição de água dos cursos, é, nos cursos de água com valor baseado nas vazões atualmente demandadas, atualmente demandadas pela comunidade". E aí a questão ta aqui descrito "atualmente demandadas" e vocês descrevem antes que os dados e as vazões foram medidas com base nos dados de 2012. Então, é assim, a boa técnica da empresa é garantir pra nós a vazão, garantir o abastecimento. Pra nós que conhecemos essa realidade não significa muito porque, por exemplo, é, essa empresa tem como modelo o abastecimento da Agua Quente, que é uma comunidade, lá tem um poço que não tem vazão suficiente pra atender a comunidade que fica fim de semana inteiro sem água e que agora ta sendo abastecida em algumas ocasiões por um caminhão pipa, que a comunidade não sabe de onde vem. Enfim, nós estamos falando que a boa técnica da empresa não é, ela não favorece, não é aplicada e não favorece a comunidade. Isso nos preocupa. Então, se eu considerar que vocês estão aqui falando que vão garantir valores atuais e se no Parecer vocês deixaram claro que no atual é com base nos dados de 2012 e que isso é... é, estima-se... (Vanessa Naves: Nós podemos facilmente resolver esta situação, propondo a inversão de uma condicionante que os dados para reposição de vazão de comunidade sejam atualizados no momento da reposição) Mas você acha que a comunidade vai, eu estou te falando que a boa técnica não tem sido, não há uma outra solução, porque a boa técnica da empresa de, fazer a reposição, então não seria... (Vanessa Naves: O nosso papel aqui meu como Orgão Ambiental e seu como membro do Comitê é garantir que a empresa faça a reposição nos moldes de consumo atual, pode-se inserir esta condicionante) Então você esta concordando comigo que as informações não estão suficientes,



430

431

432 433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

que é preciso atualizar isso, e aí eu vô ter que dá um Parecer, vou dar uma decisão com dados que não são suficientes." Leonardo Mitre (Anglo American) informou que a Condicionante 2 independe do número de usuários antigos ou atuais, depende da disponibilidade hídrica ou dos impactos que o rebaixamento possa causar. Felipe Pedro (Sindicato Metabase) solicitou que as falas dos conselheiros fossem por tempo limitado, conforme já combinado anteriormente e conforme Regimento Interno. Sandro Lage (Conceição do Mato Dentro) disse que o Comitê é o "Parlamento das águas", onde este delibera um Parecer Técnico, no qual a responsabilidade técnica está em quem produziu e analisou, o comitê faz apenas o dever Político de deliberar. Lucas Miyahara (AMA Lapinha) demonstrou uma preocupação quanto a Compensação exigida pela CTOC, direcionando sua pergunta à SUPRAM, quanto acatar ou não o pedido. Solicitou também um posicionamento da empresa quanto a esta colocação. Rodrigo Ribas (SEMAD) informou que este item foi discutido na reunião da CTOC. Disse também que a SUPRAM não tem obstáculos quanto a acatar a compensação conforme proposto e acata também a alteração e inserção de condicionantes. Leonardo Mitre (Anglo American) disse que o que for deliberado e aprovado nesta plenária será acatado pela empresa. Isabela Cançado (Dores de Guanhães) informou que após a reunião da CTOC ficou subentendido que teria um acordo, onde poderia ser feito um Termo de Cooperação direto com o Comitê e que as condicionantes impostas na reunião da Câmara Técnica seriam encaminhadas diretamente para a SUPRAM, sem intervenções da mesma. Isabela também questionou quanto ao número de outorgas do empreendimento, sendo respondida pelo Sr. Rodrigo informando que no momento ele não possuía o número exato delas. Sendo assim, Isabela solicitou que o empreendimento Anglo American apresentasse ao Comitê todas as suas outorgas numa posterior reunião. Leonardo Mitre acatou o pedido. Rodrigo Ribas completou dizendo que uma vez que este Comitê decida sobre acatar a outorga, poderá ser proposta a inserção de condicionante para compensação de determinadas áreas. Isabela solicitou que o Parecer da CTOC fosse encaminhado como anexo junto a esta ata (anexo II). O Parecer segue em anexo. Flávia Barroso (FONASC) questionou sobre como votar a favor de uma outorga da Anglo sendo que não se tem conhecimento de quantas outorgas o empreendimento possui. Disse também, que o Comitê, como Parlamento das Águas, não tem essa informação. Perguntou sobre qual seria o posicionamento da comunidade se ocorrer impactos fora do raio de influência estabelecido. Perguntou também sobre o motivo de os documentos solicitados nas condicionantes serem encaminhados à SUPRAM e não ao Comitê. Questionou sobre o problema dos dados que não refletem a realidade atual, pois a necessidade de uma comunidade que antes tinha 25 casas e atualmente tem 70 (dados estimados pela mesma) é muito diferente e isto é relevante. Falou que sentiu falta de informações objetivas, que nas apresentações da SEMAD e MDGEO faltaram falar onde seriam as perfurações, quais cursos d'água que foram apresentados nominados e onde está a população nas apresentações realizadas. Disse que o uso prioritário da água é para consumo



473

474 475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503 504

505

506

507 508

509

510

511

512

513

514

515

humano. Rodrigo Ribas disse que o empreendimento possui 15 outorgas, 11 de uso insignificante. Daniel Bertachini (MDGEO) explicou que o rebaixamento de nível d'água, de acordo com o modelo conceitual, com todo o estudo realizado, está restrito a faixa dos itabiritos e quartzitos da Serra do Sapo. A extensão do rebaixamento é calculada pelo modelo numérico. Na condicionante foi colocada a revisão dos estudos periodicamente. A medida que o rebaixamento avança, conseque-se obter mais informações, então, de acordo com o modelo apresentado não há extensão lateral do rebaixamento, não há previsão de rebaixamento além do que foi apresentado. Vanessa Naves ressaltou que outorgas de rebaixamento têm prazo de validade. Foi estabelecido um monitoramento que será efetuado durante a validade da outorga, esta tem prazo até 2020. Este monitoramento será avaliado na revalidação da outorga. Leandro Rabelo (Alvorada de Minas) solicitou que fosse abordado nos estudos e monitoramento em áreas afetadas, nas áreas abaixo da barragem. Após o fim dos questionamentos dos conselheiros do comitê, foram abertos questionamentos da comunidade e outras entidades presentes. Lúcio (Comunidade) questionou mais uma vez sobre quais serão as comunidades impactadas, quais são os usuários dispersos, como também sobre a falta de clareza na delimitação das áreas. "Disse que ficou esperando que o Sandro fizesse a mesma pergunta que o Leandro fez e que o Leonardo respondeu só pela metade. Disse que há pessoas impactadas em Alvorada de Minas e a empresa já está obrigada a prestar socorro de abastecimentos para estas pessoas pertencente a Alvorada de Minas. O impacto do rebaixamento segundo foi falado aqui é na comunidade do Sapo, Turco Cabeceira do Turco e Ferrugem. Estas comunidades que eu estou me referindo e que a empresa está obrigada elas já estão sofrendo impacto. Qual é o motivo?. Em relação à minha fala eu gostaria que você viesse aqui e respondesse se tem comunidade abaixo ou não. Em relação à esta delimitação não está muito claro onde é a área de influencia, comunidades do entorno. Leonardo que esteve aqui pode falar, gostaria ele explicasse como se deu isso? Foi por metros, por comunidade existente? Outra coisa, gostaria de perguntar ao pessoal da SUPRAM em relação á condicionante 37 que na LP se não me engano era 24 e hoje virou 37 : A Anglo está obrigada a descrever quais são as comunidades impactadas e os usuários dispersos e no PCA ela descreve simplesmente as comunidades com maior aglomerado e não há nenhum referência ao usuário disperso e é justamente estes usuários dispersos que ela está obrigada a dar assistência de abastecimento. E eu gostaria também de fazer uma observação : Uma conselheira me relatou que as reuniões de vocês normalmente não tem este movimento e não tem esta audiência. E aqui a gente está vendo este processo de licenciamento desta empresa tem mudado. E é uma coisa preocupante como a gente está assistindo isso. Não só aqui hoje eu gostaria de chamar a atenção, na reunião da LO, na reunião de licenciamento do COPAM, nas últimas principalmente, e nas reuniões com a comunidade a presença ostensiva de seguranças da empresa e da polícia militar também. Eu gostaria de saber quem pediu – eu não sou contra a polícia estar aqui nos monitorando e dando segurança



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio

516

517

518

519

520

521522

523

524

525

526

527528

529

530

531

532

533534

535

536

537

538

539

540

541

542

543

544

545

546547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558

para todos- mas gostaria de saber quem é que pediu para a polícia estar aqui e porque que estão tendo nestas ultimas reuniões nos estamos ao ponto de guerra com esta situação. Segurança é para bandido. Polícia é para bandido. Aqui eu acho que não tem bandido. Agora um crime está para ser cometido hoje que vocês não estão avaliando: é deixar estas pessoas que elas não irão ter respostas - já estou garantido que você não vai falar quem são os usuários apesar de vocês terem que cobrar da empresa quem são estes usuários dispersos e são estas pessoas que vocês hoje, aqui, nesta votação estão prejudicando sem dar-lhes de seu abastecimento digno". Rodrigo Ribas disse que são 11 usuários dispersos e que foram apresentados nos estudos e incorporados na condicionante da Licenca de Operação. Leonardo Mitre informou novamente que as comunidades afetadas serão São Sebastião do Bom Sucesso, Ferrugem e Cabeceira do Turco. Viviane (Comunidade), moradora da comunidade do Sapo, relatou que há algum tempo sofre com a falta de água no local onde mora, inclusive sua casa permanecia sem abastecimento. Algumas pessoas saíram da comunidade pela situação apresentada. Relatou também que a prefeitura não faz manutenção nas caixas d'água. "Moro na comunidade do Sapo a muito tempo. Não é de hoje, é de 2007. A agua do Sapo não existe se vocês disseram para mim que vai dar certo... nós vamos colocar isso... nos vamos colocar aquilo, nos vamos colocar caixa d'agua, nós vamos ajudar vocês. Eu até hoje, estava falando com o promotor: estou chorando, estou morrendo. Não tem uma gota d'agua na minha casa. Eu tenho que ir aonde o gado bebe agua. Não tem como. Eu não tenho agua na minha casa, não vai agua na minha casa. É uma coisa que é um absurdo chegar e falar "nos vamos fazer um empreendimento gigante, maravilhoso. O Sapo vai ser beneficiado, o Turco vai ser beneficiado". Tem pessoas que teve que sair do Sapo sem necessidade porque não tinha condição. No Sapo falta agua 3 dias não tem. O resto é so final de semana porque vai uma pessoal lá em cima tomar conta da agua. A manutenção não é ninguém da prefeitura. Não é a prefeitura que faz a manutenção da agua no Sapo. Eles falaram que faz mas as caixas ficam aberas. Não faz manutenção . Não tem pessoa para chegar lá e falar para a gente: olha, fulano, você vai ter condições de ter agua. Alguém chegou pra gente na reunião do Turco e falou assim: "olha, tem 4 pessoas que foram beneficiadas já que o problema da aqua de vocês não foram sanados, o que que vai acontecer, nos vamos alugar um local para vocês até que resolva de novo a situação. A Anglo fez esta proposta. Ai pergunta Viviane aqui teve condição? Não. Só porque eu tive um companheiro que me tirou debaixo de uma barraca de lona. Ele sem condições fez uma casa para mim. E teve pela prefeitura uma caixa d'agua. Fizeram o possível para a agua do Sapo ir para mim. Até hoje eu não tenho agua. Bebo agua de gado. Porque eu coloquei uma magueira e é la eu eu tomo banho e faço comida." Sandro Lage (Conceição do Mato Dentro) disse que a questão do abastecimento é de competência do Município e a prefeitura esta trabalhando para contratar estes serviços. Marcelo Machado (Promotor de Justiça de Conceição do Mato Dentro) relatou que acompanhou a implantação e o início da operação do empreendimento Anglo American desde 2012 e percebe-se que a



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio

559

560

561562

563

564

565

566567

568

569

570571

572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

600

601

maior reclamação da Sociedade Civil é em relação aos impactos relacionados aos hídricos. Demonstrou preocupação com situação de seca que determinadas comunidade vivem atualmente. Questionou sobre os fins que serão dados a água retirada do rebaixamento, como também se não havia a possibilidade de criar uma condicionante que priorizasse o abastecimento de água para a comunidade. Questionou também sobre como será o funcionamento dos monitoramentos e como serão feitos. "Sr. Presidente, membros do comitê, sociedade presente, aqueles que não me conhecem sou Marcelo Mata Machado, promotor de justiça aqui de Conceição. Venho acompanhando a implantação e agora o início da operação do empreendimento da Anglo American desde 2012. E agora agente percebe que a maior reclamação da sociedade civil é com relação aos impactos nos recursos hídricos. É inegável. Quantas vezes nós já estivemos em Diamantina sentindo isso. È a primeira vez que eu venho aqui no Comite para sentir isto também. É inegável que a aqua é um bem vital que estas pessoas e que isso seja a preocupação de todos nós. Então eu vou discordar um pouco do Sandro aqui quando quer fazer uma repartição de responsabilidade: todos somos responsáveis, independente da posição que ocupamos. Endosso aqui também o que a conselheira Isabela falou sobre a fragmentação destes vários impactos e intervenções que o empreendimento provoca. Mais fácil seria se a gente pudesse analisar tudo de uma vez, o que seria um impacto medido em toda a sua dimensão. Mas não é este fato que ocorre e o que nos traz aqui é a outorga do rebaixamento. Me preocupa muito se antes do rebaixamento nos já vislumbramos diversos casos de nascentes secando, de poço de agua diminuindo, pessoas como acabamos de ver o relato aqui da Senhora Viviane que não tem agua para beber na sua casa. E qual que é realmente a extensão que esse rebaixamento da água vai provocar. Não só nas comunidades que estão mais próximas : no Sapo que já sofre com a falta da agua, a Cabeceira do Turco que já sofre com falta de agua, mas outras que estão a jusante ou próximas . Será que este parecer que embasa este pedido de outorga ele está com toda esta segurança, toda esta confiabilidade para dizer que realmente estas pessoas amanhã não irão sofrer com a falta que agua. Será que este conselheiros estão confortáveis em dar este aval hoje aqui? E um estudo que parece que não contempla um momento atual que nos vivemos? A serie histórica serviu para dizer que ela não serve para nada. Porque se ela servisse para alguma coisa a gente não estaria vivendo a crise hídrica que nós estamos vivendo hoje. A capa do Estado de Minas de ontem está dizendo que a política do Governo Estadual é rever as concessões de mineroduto é reavaliar isso tudo. Será que realmente nós estamos com segurança para votar? Eu sei muito bem que é necessário o rebaixamento. E uma questão vital na atividade de mineração. E não retira a aqua de dentro da mina como é que vai tirar minério? Mas esta agua que vai ser retirada? Ela vai para onde a final de contas? Pelo que eu entendi aqui – e ai vem uma dúvida que eu gostaria que fosse esclarecida- ela pode ser utilizada para abastecer comunidade, ela pode ser utilizada para própria atividade e pode ser utilizada para dentro da área administrativa da mina. Mas ela será efetivamente utilizada onde? Será que não



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio

602

603

604 605

606

607

608

609 610

611

612

613 614

615

616 617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632 633

634

635

636

637638

639

640

641

642

643

644

seria um caso de uma condicionante que obrigasse a dar prioridade á comunidade. E a segunda preocupação também é quanto aos monitoramentos. Porque quem tem sede não quer ver papel de monitoramento. Quem tem sede quer beber agua. E aí a comunidade vai sentir esta falta de agua lá e vai ter que ver no monitoramento, como vai funcionar este sistema? Porque a falta de agua não espera deliberação. Quem tem sede quer matar sua sede. Então são estas as ponderações que eu venho fazer. A preocupação ela continua e a gente encampa a preocupação da sociedade com relação ao futuro relacionado a qualidade de vida é a dignidade em função do acesso da agua que é um bem vital, que é um bem fundamental e que precisa ser preservada. E que precisa ser bem avaliada e dado as prioridades que a Constituição e as leis dão que é o consumo humano. Eu gostaria que as questões fossem esclarecidas aqui pela empresa ou pela própria SUPRAM e agradeço a atenção." Leonardo Mitre (Anglo American) explicou brevemente que a Condiconante 2 dá a garantia e prioridade para o abastecimento dos cursos d'agua e consequentemente das comunidades. Com relação aos monitoramentos, são realizados diariamente, através de uma réqua que mede o nível da água e para cada réqua há um nível de alerta. Dirce (Comunidade) relatou que ainda mora na comunidade Ferrugem e passa por falta de água. A nascente que abastecia a sua casa secou e agora tem que usar o sistema de bombeamento para receber água de outra nascente. "Eu queria saber quem falou que eu não moro na Serra da Ferrugem, que falou eu não estou lá mais. Eu guero saber. Eu guero esta resposta. Nós estamos lá na Serra da Ferrugem e estamos sim passando dificuldade com a agua lá. A agua que abastecia minha casa que subia na caixa normalmente, hoje ela não corre mais. Já teve o ebaixamento. Agora vai ter outro rebaixamento? tivemos que colocar uma bomba em uma outra nascente de agua . Nos temos abastecimento de agua através da bomba. Não tem agua mais que subia normalmente na caixa. Eu quero saber então porque vocês estão falando que eu não moro mais na Serra da Ferrugem. Eu estou agui. Minha família está lá. Minha mae está lá . Minha mãe tem 83 anos . Ela fica indignada com isso. Minha mae sofre demais com isso. O que que nos vamos fazer? Todo ser humano precisa de agua para tudo. A agua é vida. Sem agua todo mundo vai morrer. 'Vanessa Naves (SEMAD) esclareceu, a partir do relato descrito no parecer que "não haverá impacto na comunidade na fase de rebaixamento, pois a mesma se encontra em processo de reassentamento e neste caso não haverá mais moradores caso haja interferência do sistema de rebaixamento nos cursos de água local". Patrícia Thomaz (FONASC) "O rebaixamento então volta a pauta só no dia que a Dirce e todo mundo da Ferrugem, vão colocar na pauta só no dia que a Ferrugem não tiver lá mais, essa é a minha condicionante, só pode votar ou então nós só vem pra votar no dia que não tiver mais ninguém. Se vocês fizeram isso, e falaram que não existe mais ninguém na Ferrugem então faça o reassentamento primeiro". Marina Amorim (Anglo American) explicou que a Sr. Dirce é filha da Sr. Natalina e como já é de conhecimento de muitos, há um processo judicial em curso, em que a empresa conseguiu reverter uma Liminar e esta Senhora será removida e o pagamento pela



645 indenização já foi efetuado e encontra-se depositado em juízo. Patrícia Thomaz "Ô 646 Felipe, eu não sei se você viu, a técnica da SUPRAM falou que são 10(dez) pocos. 647 ou alguém aqui da empresa falou que são 10 poços. Sete já tão pronto, eu 648 fotografei aqui a apresentação e a... outra coisa que eu queria pedir pra constar em 649 Ata, eu gostaria de pedir a apresentação a disponibilização da apresentação que a 650 Anglo fez agui. A M... MGeo, eu gostaria da apresentação. Lá esta descrito que tem 651 5 (cinco) poços concluídos, se eu não estou enganada 4 (quatro) poços concluídos 652 e 3 (três) já concluídos e 3 já perfurados, então nós temos 7 (sete) poços... não, esta 653 esperando aqui, acho que hoje já deve fazer, se, se, né? Nós estamos falando de 654 uma pessoa que continua lá, mas eu acredito que tem outras pessoas, se o problema é da Dona Natalina, eu acredito que tem mais gente da comunidade. Eu 655 não sei se as pessoas tão inscritas, mas tem comunidade da Ferrugem aqui. É o 656 657 que o Junior Falou aqui de usuários dispersos é exatamente isso, é porque eles 658 chamam de Ferrugem exatamente algumas pessoas. Eu tenho uma pergunta por 659 exemplo: Onde que ta a Dona Rita que continua morando lá, onde que esta Seu Ari, qual que é o nome da comunidade deles? É Ferrugem? É como? Faz parte de 660 661 onde? Eles tão lá tamém, né? Estão La na, na... de onde que é? Então é exatamente isso... É, nós vamos usar o regimento aqui inclusive pra deixar sem 662 663 resposta, pra omitir e deixar sem resposta as pessoas que precisam decidir". Lúcio 664 (Comunidade) morador da comunidade Pereira e Ferrugem disse que já estão sem 665 água há muito tempo e perto de sua moradia há um poco artesiano aberto, jorrando 666 água há anos. Relatou também que há mais moradores na comunidade. "Sou da 667 comunidade Pereira e Ferrugem. Eu acho até engraçado tanta coisa que a gente ver 668 acontecer. A comunidade da Ferrugem ou Serra da Ferrugem: nós estamos lá , 669 temos o título da terra – tá na justiça sim mas não é nada definido. E em uma ação 670 que nos estamos lá na Ferrugem a Juíza daqui não concedeu o que eles quis e nem em Belo Horizonte: duas instâncias . Meu irmão foi embora porque ele tinha que 671 trabalhar : ele estava aqui- outro que mora no Pereira Ferrugem. E então quer dizer 672 que Pereira e Ferrugem não é atingido? E nós já estamos sem agua a muito tempo. 673 674 E perto da casa da Dirce e onde nos residimos tem um poço atersiano aberto, 675 jorrando aqua ha anos, registrado pelo Henrique do Ministério Público. Há mais de 676 cinco anos. E ai dizem que não tem nada baixando o lencol freático. E um poco que 677 eles tentaram tampar ele ou fingiram que tamparam e não tampou e está agua está 678 indo embora. Então gente é muita mentira. (Onde você mora?) Ferrugem e lá tem 679 mais de 30 pessoas morando lá. Sabe porque? Porque eles compraram na mão da 680 minha irmâ que morava la e tem mais herdeiros. E outra coisa que o Júnior falou 681 aqui: eles andam parecendo que nós somos marginais... com a polícia e um bolo de 682 segurança atrás dele. Somos honestos. Estamos cobrando nossos direitos. Nos 683 somos trabalhadores, nascemos na região. Somos humanos. Corruptos não somos 684 não! É vergonhoso. SE quer minerar gente: senta e conversa com as pessoas, dá as 685 pessoas o que é de direito. E eu fico indignado com o Estado de apoiar o que está 686 acontecendo. Agua é vida. Quem não respeita agua gente! ... Imagina para você 687 ver... com toda a segurança que eles tinham... é a mesma coisa se você não fosse



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio

688

689

690

691

692

693

694

695

696

697

698

699

700

701 702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

715

716

717

718

719

720

721

722

723

724

725

726

727 728

729

730

médico e fazer uma cirurgia de coração da sua mãe que está com problema de coração e você garantir : vou fazer e vai dar certo. É a mesma coisa eles estarem mexendo no lençol freático falando que não vai dar problema! Que não vai dar que nada! É porque eles não bebemdaquela agua: bebem agua mineral. Se eles bebessem daquela agua desta região eles não fariam isso não. responsabilidade gente, com a vida, com a natureza!"José Pimenta (Comunidade) é irmão do Sr. Lúcio, também morador da comunidade Ferrugem há 2 anos, sendo nascido e criado na comunidade, disse que tem escritura da casa onde mora. "Boa tarde a todos. Sou irmão do Lucio. Residente da serra da Ferrugem. E nós temos outros terrenos vizinhos, tem minha casa. Resido lá. Infelizmente a empresa não conhece a gente lá. Terra do meu avô, onde a gente foi nascido e criado. Tem 58 anos que eu resido lá. A turma da segurança da empresa, com os mandantes deles chegou lá e falou, me jogou para fora do terreno. A escritura está aqui quem quiser chegar aqui e ver que está registrado em meu nome. Tocou eu para fora. Fechou meu terreno e agora tem uma cerca da empresa com uma placa deles lá dentro. Se no cartório um documento que eles registram não vale... para que que eles estão com a porta aberta então? Se meu documento não vale? Eu sou honesto. Sou um cara trabalhador. Eles meteram o pé no meu irmão e machucou ele. Tem até "corpo delito" e tudo feito. A segurança da empresa... eu não sei se é só a dela ou se contratada da Anglo com os policiais que tá aí e tem um punhado aí e tem segurança estão aí também... eles estão ouvindo.... se quiserem falar que eu sou mentiroso tá aqui o microfone, vem cá e fala. Ele falou comigo: não obedecemos documentos. Nos tira é na pancada mesmo. E quando a polícia chegou eu falei : o cara toda hora enfiava a mão para sacar a arma. Eu não vi a arma mas ameaçou. Foi uma ameaça. E ninguém fez nada. E fica assim porque a Anglo é poderosa. Protege todos lá e mete o ferro ne nós. E eu queria saber quem vem aqui na frente para falar porque que esta escritura nossa não vale, deste terreno meu. Tem mais três irmãos que tem terreno registrado. Eles compraram de partes mas lá é um condomínio : eu também sou dono desta parte e de outro terreno que vizinho de onde eu tenho meu rancho e outro lá em cima na Serra da Ferrugem. É terreno meu. Nunca me procuraram para comparar uma grama de terra minha. E porque que estão fazendo isso? Porque guerem tomar. Eu acho que esta atitude de guem toma terra dos outros, tira terra dos outros. Chegou com um mapa lá e falou que era dono. Eu falei: meu amigo tem 58 anos que eu sou nascido e criado aqui. Será que minha escritura não vale? É seu mapa que vale? Cortou nossa agua lá. Tem um punhado de gente agui que foi lá e meteu o fação e porrete e gueria até matar o meu filho. Fiz a denuncia e ninguém fez nada Talvez muita gente da empresa aqui não sabe disso. Eu queria saber se eles tem autoridade para tirar os outros do terra. Tem muita coisa para falar ainda. Se eu falar aqui um dia ainda é pouco porque a pouca vergonha e a falta de respeito é muita." Rita (Comunidade) é moradora do Sítio Boa Esperança e disse que também sofre com a falta de água. Disse também o valor do reassentamento foi negociado com a juíza, mas nenhum valor foi repassado. "Então boa tarde eu não preciso me identificar mais porque o pessoal da



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio

731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741

742

743

744

745

746 747

748 749

750

751

752

753

754

755

756

757 758

759

760

761 762

763

764765

766

767

768

769

770

771

772

773

empresa todo me conhece. Para quem não me conheceque é uma pessoa que nunca veio meu nome é Rita. . Moradora do sítio Boa Esperança. Sítio Boa Esperança não foi citado aqui. Onde nós estamos no meio de rede elétrica da firma, linha de transmissão, da adutora de agua, e ai nós não são impactados, não são nada! Então saiu lá que é atingido e vai ser reassentado. Mas enquanto eu estou eu lá... vai ser reassentado... eu não sei... eu tenho que resolver. A aqua que vocês estão tirando ela lá.... a serra está de um lado e eu estou de outro. Eu vou ter aqua? Não vou ter agua. Então nós precisamos de água. Lá já não tem agua. Porque lá onde eu moro, infelizmente, fizeram um monte de poços artesiano para fazer os alojamentos. Eu moro do lado dos alojamentos. Agora parte dos alojamento foram embora mas cadê a agua? Pessoal fala cadê a agua. Todo mundo precisa de agua. Porque vocês não respeita gente? Porque não tira este minério com muito respeito e olhando a população? Todo mundo fala a mesma coisa. Não precisava ninguém estar aqui hoje. Todo mundo tem o que fazer em casa, serviço, seu trabalho. Vocês também. Só empresa, empresa, empresa e o tempo está passando. Todo mundo vai ficar com sede. Voces vão ver ! Não vai ser só lá não! A cidade também não vai ter agua não! É Agua Quente, é Turco é Sapo, é Beco, é ali e agui.. é Serra da Ferrugem ... todo mundo serve de aqua. Observe! Observe! A empresa fez um mar de água. Uma represa enorme, quilômetros e quilômetros: eu só de lá eu conheco tudo. Vai tirar agua e não sei o que. E depois? E o pessoal? Não vai dá para você deitar no travesseiro e observar não? Outra coisa que queria dizer para esta lourinha, branquinha: o mesmo caso que você falou coma Dirce - ela é minha vizinha- a empresa fez também com a gente. Negociou com a Juiza, entregou um dinheiro para a juíza do nosso terreno na Agua Santa – onde hoje é barragem de rejeito e hoje já está com agua. E é a Juiza que sabe. Nós não sabe nada. Eles são poderosos. Tá com ela o dinheiro, a empresa mandou carta para nós de precatório. Mandou que o dinheiro estava com a Juíza, 25 mil, para nós tá negociando com a juíza. Agora nós não sabe nada! Nos vamos resolver o problema com a empresa e não com a juíza. (manifestação solicitando termino da fala) Vocês não deixam nem dá um boa tarde.! A Todo mundo mundo que está aqui gente, tem ouvido e eu não preciso de microfone não! É assim que funciona e é assim que eles fazem. Mas os advogado da empresa aí já me conhece , já sabe como que eu sou. Lá na Agua Santa vocês ficam ciente: um dia nós vamos negociar. Não vai ser com a Juíza igual vocês quis. Nos vamos sentar e vamos negociar. Ou então o que vocês estão fazendo: roubando as nossas terras." Leonardo Mitre (Anglo American) explicou que com relação à reposição de vazão o Parecer está correto pois não depende de processo de reassentamento. A Condicionante 2 não diz nome de comunidade e sim área de influência e a comunidade Ferrugem está dentro da área de influência. Também disse que não há poços perfurados pela empresa sendo utilizados. Após o fim dos questionamentos da comunidade e entidades presentes, Isabela Cançado (Dores de Guanhães) expôs que determinados membros já estariam exclusos do Comitê, sem direito a voto, segundo ata deliberada e o controle de freqüência apresentados nesta e na ultima reunião (9ª Extraordinária). Leonardo Mitre explicou



774

775

776 777

778 779

780

781 782

783

784

785 786

787 788

789

790

791

792

793

794

795

796

797

798

799

800

801

802

803

804

805

806

807 808

809

que segundo o Regimento Interno(Artigo 10), a exclusão de membros, mesmo com falta deve ser aprovado em Plenária, o que não ocorreu. Foi aprovada apenas a notificação. Patrícia Thomaz "De novo, né, assim nós estamos vendo aqui então, o Regimento Interno sendo manejado, pra interesse. Uma hora, na Convocatória estava "exclusão dos conselheiros que não estão freqüentes" no segundo... dois pontos né? Eu tinha observado só um, primeiro a exclusão da referência que se faz ao empreendimento, então nós tivemos, eu tô lamentando que isso esteja ocorrendo, que esteja havendo, uma manipulação, um manejo do Regimento Interno, né? Que uma hora constou uma Convocatória pra gente deliberar inclusive excluindo agui os conselheiros que não estão frequentes e no momento posterior, quando, se tem um interesse econômico, qualquer outro tipo, isso é manejado. Muito embora a Ata já fala aqui que é automático, né? Olha, então, nós tínhamos uma Convocatória que falava da exclusão, nós temos uma Ata que fala de exclusão, é... automática, né? E que foi porque se a Ata, se isso não tivesse sido aprovado na Ata, eu inclusive ia começar isso como ponto de ordem, na primeira, questão que eu ia trazer aqui... Se vocês então aprovaram a Ata falando ali que é automático, isso inclusive já precluiu, o momento é de preclusão lógico, consumativa e temporal. A pauta já esta deliberada e aprovada, se não fosse, então nós vão ter que começar agui, do, da ordem do dia do início, vão começar então discutindo o porque que é que foi mudado a convocação? Se não for, se a Ata aprovada não tiver validade, inclusive pra isso, nós estamos deliberando em cima de coisa deliberada e isso também é ilegal, isso também é irregular, então, nós não podemos... eu... mas isso é uma coisa que é muito preocupante que ta acontecendo nesse momento." Leonardo Mitre disse que mesmo se a exclusão de membros estivesse em pauta, só seria válido a partir da próxima reunião, e não na em questão. Isabela Cançado: solicitou fosse permitida a sua manifestação antes da votação. Esclareceu que deu uma olhada na pauta que la ser discutida e disse que já fez o questionamento direto para o comitê. Disse que estava entedendo pelo conteúdo da ata aprovada, que as pessoas que estavam contrárias ao regimento do comitê não votariam porque estava registrado na ata da reunião extraordinária aprovada agora a pouco: " Em relação ao controle de frequência: item excluído da pauta e transferido para próxima. Foi que o comitê notifique as empresas dos membros que não estão comparecendo às reuniões. Segundo o regimento interno alguns conselheiros já estão automaticamente excluídos." Não temo como fazer diferente nesta plenária. Está na ata aprovada hoje. Tá na ata. Então quem está contrário ao regimento eu entendo que não entra na votação não. Este é meu entendimento.

810 Em seguida, o secretário Sandro Silva passou à votação do pedido de outorga pelos conselheiros do Comitê. Solicitou que a votação fosse feita de forma nominal. 811

812 Votação: Sociedade Civil- FUNCESI: Favorável; ADDAF: Contrária (Tereza Silveira

813 Solicitou que a outorga só seia concedida após o reassentamento dos moradores):

814 ARPA: Favorável; SAT: Contrária (Recomendou que fosse realizada uma reunião 815

pública para ciência de entidades envolvidas no processo de outorga); Cáritas:

816 Favorável; Ama Lapinha: Contrária (Lucas questionou sobre o pedido da Sr. Tereza



817

818

819 820

821

822

823

824

825

826

827

828 829

830

831 832

833

834

835

836

837

838

839

840

841

842

843

844

845 846

847

848

849

850

851 852

853

854

855

856

857

858859

Silveira. O Sr. Sandro explicou que após votação, seria discutido as condicionantes); Sindicato Metabase: Favorável; FONASC: Contrária (Patrícia Thomaz: "Meu voto é contrário e gostaria de constar a justificativa. É inclusive porque os estudos que apontam para o que é área de influência, é a empresa que delimita o que é área de influência e esta garantindo inclusive a recomposição só pra área de influência, esta falando isso, nós, com o conhecimento que a gente tem da realidade e com a vicência que nós temos aqui nessa Bacia, por toda comunidade que se fez presente aqui e denunciou e descreveu né, a omissão e porque a gente também não não acredita na boa técnica da empresa, por falta de elementos que inclusive, das comunidades que a empresa considera como área de influência, meu voto é contrário e eu gostaria que constasse toda a justificativa". Usuários-COPASA: Favorável; SAAE: Contrário; Vale: Favorável; Manabi: Favorável; Funil Energia: Favorável; CEMIG: (ausente durante a votação); SindFerros: Favorável. Anglo American declarou impedimento, por se tratar do empreendedor. Poder Público Estadual- SEDE: Favorável; IGAM: Favorável (Tereza Santos ressaltou que em relação a Condicionante a ser integrada ao Parecer, sobre reassentamento, não é relativa ao uso da água, em questões de outorgas de rebaixamento, aconselha uma recomendação sobre o item em questão); EMATER: Contrária; IMA: Favorável; Poder Público Municipal- Dores de Guanhães: Contrária: (Isabela Cancado disse que poderiam alterar fundiário por usuários de água para se enquadrar como condicionante); Ferros: Contrária; Itabira: Contrária; Alvorada de Minas: Absteu-se do voto (Leandro Rabelo declarou não se sentir à vontade para votar, em razão de ainda ter moradores na comunidade Ferrugem); Dom Joaquim: Contrária; Conceição do Mato Dentro: Favorável (Sandro Lage solicitou que o empreendimento só desse inicio nas operações após o reassentamento); Belo Oriente: Favorável; Santo Antônio do Rio Abaixo: Favorável (Marluce Duarte pediu sensibilização da empresa para com os usuários de água). Finalizando a votação, obteve-se os seguintes números: 15 Favoráveis, 10 Contrários, 1 abstenção e 1 impedimento. Após a votação, Isabela Cançado indicou uma proposta de Condicionante: Que o rebaixamento só inicie quando não houver mais nenhum usuário de água na comunidade Ferrugem. A representante do Igam informou que essa condicionante não poderia ser inserida, uma vez que não passaria no controle de legalidade do órgão ambiental, uma vez que condicionantes de outorga são relacionadas a monitoramentos e manutenção de vazão residual, conforme legislação. As seguintes entidades foram contra: IGAM, SEDE e Manabi. O Parecer foi aprovado com todas as condicionantes já enviadas no parecer da SEMAD e da CTOC e a recomendação de inserção de condicionante de reassentamento de moradores da Ferrugem antes da operação do sistema de rebaixamento. Após as discussões, Felipe Pedro (Sindicato Metabase) propôs a realização de uma reunião extraordinária, no dia 07 de abril de 2015, cidade de Itabira-MG para dar continuidade aos assuntos de pauta não aplicados a esta reunião. A sugestão foi acatada pelos membros presentes. d) MOÇÃO REFERENTE À FALTA DE REPASSE DE RECURSOS DA COBRANÇA À AGÊNCIA IBIO. Item transferido para a próxima reunião deste Comitê por falta de



860

861

862

863

864

865 866

867 868

869

870

871

tempo hábil para discussão. e) DN DE REVOGAÇÃO DA DN 16 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012. Item transferido para a próxima reunião deste Comitê por falta de tempo hábil para discussão. f) DN 20- CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO IGAM/ IBIO 01/2011. Item transferido para a próxima reunião deste Comitê por falta de tempo hábil para discussão. 4) APRESENTAÇÕES. a) PLANO DE COMUNICAÇÃO- PREFÁCIO. Item transferido para a próxima reunião deste Comitê por falta de tempo hábil para discussão. b) APRESENTAÇÃO DO MAPA DAS OUTORGAS DENTRO DO SANTO ANTÔNIO- IGAM. Item transferido para a próxima reunião deste Comitê por falta de tempo hábil para discussão. 5) INFORMES. 6) ENCERRAMENTO. Não havendo outros assuntos a serem tratados, o Presidente Felipe Pedro declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

delpi Buco Pusto

Sr. Felipe Benício Pedro

Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio

Mireldo Gerreira dos Sentos

Sr. Nivaldo Ferreira dos Santos

1º Secretário do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio